



**Denise Pereira  
(Organizadora)**

# **A Transversalidade da Prática do Profissional de História 2**

**Atena**  
Editora

**Ano 2019**

**Denise Pereira**  
(Organizadora)

# A Transversalidade da Prática do Profissional de História 2

Atena Editora  
2019

2019 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Lorena Prestes

Revisão: Os autores

#### Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília  
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista  
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia  
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

#### Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

T772 A transversalidade da prática do profissional de história 2 [recurso eletrônico] / Organizadora Denise Pereira. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019. – (A Transversalidade da Prática do Profissional de História; v. 2)

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7247-283-8

DOI 10.22533/at.ed.838192504

1. História – Estudo e ensino. 2. Prática de ensino. 3. Professores de história – Formação I. Pereira, Denise. II. Série.

CDD 907

**Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422**

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

2019

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)

## APRESENTAÇÃO

Ao longo das últimas décadas, o ensino de História vem se consolidando enquanto campo de pesquisa, principalmente a partir da década de 1980, e as linhas de pesquisa, mormente, estão ligadas às metodologias de ensino, ao livro didático ou, ainda, às políticas públicas de inserção desses temas no currículo escolar. Neste modo, falar de transversalidade na prática do profissional de História, é observar a ligação aproximada da escola da realidade vivida pelos alunos, ou seja, trazer as disciplinas, os professores, os conteúdos escolares e aproximá-los do mundo do estudante. Dessa maneira, os alunos teriam uma aprendizagem significativa e seriam vistos com sujeitos históricos.

Os temas transversais são abordados recorrentemente a partir da proposta do trabalho interdisciplinar. O fato recorrente nessas abordagens interdisciplinares é que cada disciplina/campo se preocupa com seu recorte específico sobre o tema, o que acaba fragmentando-o ainda mais.

A aplicação dos temas transversais acontece a partir da renovação nos métodos, conceitos e didáticas no campo da pesquisa em História. Neste e-book temos a compreensão da realidade e a afetiva participação do indivíduo a partir de dados e noções relativos ao seu cotidiano, ao seu universo, fazem com que a campo do historiador a passe a ser considerada como um espaço de conhecimento e reconhecimento, onde por intermédio das diversas outras áreas de pesquisa se concretize como construtor de sua própria história.

Aqui diversos pesquisados do campo da História, trabalharam com a proposta de temas transversais em várias áreas baseadas em eixos temáticos, tais como: cultura, religião, educação, arte, cinema, gênero, entre muitos outros.

Boa leitura.  
Denise Pereira

## SUMÁRIO

<b>CAPÍTULO 1</b> .....	<b>1</b>
LER PARA NÃO ESQUECER: DENÚNCIA E RESISTÊNCIA À DITADURA CIVIL-MILITAR BRASILEIRA NO ROMANCE O PARDAL É UM PÁSSARO AZUL DE HELONEIDA STUDART	
<a href="#">Ioneide Maria Piffano Brion de Souza</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.8381925041</b>	
<b>CAPÍTULO 2</b> .....	<b>10</b>
LER, ESCREVER E VOTAR: A REFORMA DO DIREITO ELEITORAL NO BRASIL IMPÉRIO (1860-1881)	
<a href="#">Kátia Sausen da Motta</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.8381925042</b>	
<b>CAPÍTULO 3</b> .....	<b>22</b>
LITERATURA DE CORDEL: UMA POSSIBILIDADE PARA ENSINAR HISTÓRIA A ALUNOS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL	
<a href="#">Luciana de Moraes Trombeta</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.8381925043</b>	
<b>CAPÍTULO 4</b> .....	<b>31</b>
MEDIAÇÃO EM FOCO: ESTUDO DE CASO DA EXPOSIÇÃO PERMANENTE DO PALÁCIO TIRADENTES	
<a href="#">Priscila Lopes d'Avila Borges</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.8381925044</b>	
<b>CAPÍTULO 5</b> .....	<b>38</b>
MÍDIA IMIGRANTE E OBITUÁRIOS: UM ESTUDO SOBRE PRÁTICAS DE LAZER PRESENTES NO JORNAL UCRANIANO PRACIA	
<a href="#">Angélica Szeremeta</a>	
<a href="#">Alfredo Cesar Antunes</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.8381925045</b>	
<b>CAPÍTULO 6</b> .....	<b>52</b>
“O DEFENSOR DOS DIREITOS DO POVO”. CIDADANIA, DEMOCRACIA, LIBERALISMO E REPÚBLICA NO JORNAL “A LIBERDADE”	
<a href="#">Mariana Nunes de Carvalho</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.8381925046</b>	
<b>CAPÍTULO 7</b> .....	<b>67</b>
O DIRETÓRIO DOS ÍNDIOS DE 1755: ECONOMIA, TRABALHO E POLÍCIA NO REFORMISMO LUSO-BRASILEIRO	
<a href="#">Bianca Racca Musy</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.8381925047</b>	
<b>CAPÍTULO 8</b> .....	<b>75</b>
ENSINO DE HISTÓRIA NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	
<a href="#">Rosimeire Gonçalves</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.8381925048</b>	

<b>CAPÍTULO 9</b> .....	<b>83</b>
O ESPAÇO DO SAGRADO E O ESPAÇO DO TRABALHO NOS VITRAIS DA CATEDRAL DE CHARTRES (FRANÇA – SÉCULO XIII)	
Debora Santos Martins	
<b>DOI 10.22533/at.ed.8381925049</b>	
<b>CAPÍTULO 10</b> .....	<b>97</b>
O ESPECTADOR EMANCIPADO E O FIM PEDAGÓGICO DA ESTÉTICA/OBRA DE ARTE	
Michelle dos Santos	
<b>DOI 10.22533/at.ed.83819250410</b>	
<b>CAPÍTULO 11</b> .....	<b>107</b>
O MITO E A COMPOSIÇÃO VISUAL DOS ESPAÇOS	
Bruno Rodrigo Couto Lemos	
<b>DOI 10.22533/at.ed.83819250411</b>	
<b>CAPÍTULO 12</b> .....	<b>117</b>
O RENASCIMENTO CULTURAL MODERNO: ANÁLISES E REFLEXÕES A PARTIR DO LIVRO “O RENASCIMENTO” (NICOLAU SEVCENKO, 1988) - NOSSAS HERANÇAS E A CORRUPÇÃO NO BRASIL DE HOJE	
José Antonio de Andrade	
José Carlos Correia Cardoso Júnior	
Rafael Magalhães Costa	
<b>DOI 10.22533/at.ed.83819250412</b>	
<b>CAPÍTULO 13</b> .....	<b>126</b>
O SETOR AUTOMOTIVO NO GOVERNO JK: POLÍTICAS E EMPRESAS	
Fernando Marcus Nascimento Vianini	
<b>DOI 10.22533/at.ed.83819250413</b>	
<b>CAPÍTULO 14</b> .....	<b>138</b>
O TEATRO COMO FESTA: UMA INTRODUÇÃO À TEORIA TEATRAL DE GEORG FUCHS	
Beatriz Magno Alves de Oliveira	
<b>DOI 10.22533/at.ed.83819250414</b>	
<b>CAPÍTULO 15</b> .....	<b>147</b>
O TOPÔNIMO PIRES DO RIO: A CONSTRUÇÃO DA VIA FÉRREA E O SURGIMENTO DE UMA CIDADE	
Cleber Cezar da Silva	
<b>DOI 10.22533/at.ed.83819250415</b>	
<b>CAPÍTULO 16</b> .....	<b>156</b>
OS ASPECTOS DA URBANIZAÇÃO DE MURIAÉ-MG	
Arthur da Costa Orlando	
<b>DOI 10.22533/at.ed.83819250416</b>	
<b>CAPÍTULO 17</b> .....	<b>167</b>
POR UMA ARTE DO CULTIVO: AGRICULTURA COMO INSTRUMENTO DE CONTROLE DE ÍNDIOS E COLONOS NO PARÁ DAS DÉCADAS DE 1840-1880	
Francivaldo Alves Nunes	
<b>DOI 10.22533/at.ed.83819250417</b>	

<b>CAPÍTULO 18</b> .....	<b>179</b>
PROPRIEDADE, MOEDA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS: ELEMENTOS DA “NOVA ORDEM MUNDIAL” PRESENTES NA OBRA HISTÓRIA UNIVERSAL DE H. G. WELLS (1918-1920)	
<a href="#">Pedro Nogueira da Gama</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.83819250418</b>	
<b>CAPÍTULO 19</b> .....	<b>195</b>
REDE CAIÇARA DE CULTURA	
<a href="#">Bruno Tavares Magalhães Macedo</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.83819250419</b>	
<b>CAPÍTULO 20</b> .....	<b>204</b>
SENSIBILIDADES DE GÊNERO: NARRATIVAS SOBRE A MORTE E OS MORTOS	
<a href="#">Cícero Joaquim dos Santos</a>	
<a href="#">Rafael Gonçalves de Araújo</a>	
<a href="#">Antônio Carlos Dias de Oliveira</a>	
<a href="#">Teófilo Silva Primo Correia</a>	
<a href="#">Zuleide Fernandes de Queiroz</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.83819250420</b>	
<b>CAPÍTULO 21</b> .....	<b>211</b>
UM PROCESSO CRIMINAL NOS JORNAIS NEUTROS DO SÉCULO XIX: O ATENTADO CONTRA DOM PEDRO II	
<a href="#">George Vidipó</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.83819250421</b>	
<b>CAPÍTULO 22</b> .....	<b>223</b>
UMA REGIÃO ESPORTIVA OS SUBÚRBIOS DO RIO DE JANEIRO NO INÍCIO DO SÉCULO XX	
<a href="#">Glauco José Costa Souza</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.83819250422</b>	
<b>SOBRE A ORGANIZADORA</b> .....	<b>231</b>

## O DIRETÓRIO DOS ÍNDIOS DE 1755: ECONOMIA, TRABALHO E POLÍCIA NO REFORMISMO LUSO-BRASILEIRO

### Bianca Racca Musy

Graduanda em História pela Universidade Federal Fluminense, bolsista de Iniciação Científica (CNPq). A produção do presente artigo contou com a orientação do Prof. Dr. Renato Franco, professor na Universidade Federal Fluminense (UFF)  
Email: Biancarmusy@gmail.com

**RESUMO:** O artigo pretende analisar quais foram os principais argumentos retóricos utilizados no *Diretório dos Índios*, a fim de compreender como o receituário modernizador foi “testado” na região do Grão-Pará e Maranhão dando origem a práticas que pretendiam minorar a pobreza, extinguindo vagabundos, vadios e ociosos. O *Diretório dos Índios* foi elaborado em 1755 e entrou em vigor em todo o território colonial a partir de 1757; possui 95 artigos que sumariam as diretivas sobre o governo português para a região do Grão-Pará e Maranhão. Frequentemente analisado como um instrumento de aculturação dos indígenas, o *Diretório* partia de uma série de querelas mais amplas e menos contingentes, que acabavam por conectar as distantes regiões do norte da América aos debates sobre as formas mais acertadas de gerar riqueza em pauta nas cortes europeias. Foi a partir de uma proposição de fundo econômico, que o governo pombalino

condenou a falta de “polícia” dos indígenas, inserindo-os em uma concepção mais larga de pobreza, de modo a delinear novas formas de desenvolvimento por meio do trabalho útil. Do ponto de vista legal, as justificativas observadas no *Diretório* e na *Intendência* compartilham um repertório comum de reflexões a respeito do aumento das populações e do trabalho útil como maneiras eficazes de assegurar o crescimento e a segurança do Estado, que se delineou em meados do século XVIII.

**PALAVRAS-CHAVE:** Reformismo Luso-Brasileiro, Trabalho, Polícia, Racionalidade Econômica, História Intelectual

**ABSTRACT:** The article intends to analyze the main rhetorical arguments used in the “Directory of the Indians” in order to understand how the modernizing recipe was “tested” in the region of Grão-Pará and Maranhão giving rise to practices intended to reduce poverty, extinguishing vagabonds, vagrants and idles. The Directory of the Indians was elaborated in 1755 and entered into force in all the colonial territory from 1757; has 95 articles that would summarize the directives on the Portuguese government for the region of Grão-Pará and Maranhão. Frequently analyzed as an instrument of acculturation of the natives, the Directory was based on a series of broader and less contingent quarrels that eventually connected the distant regions of

North America to the debates on the most successful ways of generating wealth on the European courts. It was from an economic proposal that the Pombal's government condemned the lack of "police" of the Indians, inserting them into a broader conception of poverty, in order to outline new forms of development through useful work. From a legal point of view, the justifications observed in the Directory and Intendance share a common repertoire of reflections on population growth and useful work as effective ways of ensuring the growth and security of the state, which was outlined in the middle of the century XVIII.

**KEYWORDS:** Enlightened Reformism, Work, Police, Economic Rationality, Intellectual History

Conjeture-se, pelo que digo, qual é o estímulo que deve ter esta gente para aumentar a sua indústria, vendo ela que todo o seu trabalho cede em proveito dos brancos, e, se não cede, é punida com incúria própria. (FERREIRA; 1974)

*O Diretório dos Índios* além de expressar as políticas da monarquia portuguesa para tratar os indígenas durante o século XVIII, traz um conjunto de tópicos que estavam em circulação entre os letrados do período. As reflexões sobre a pobreza e os problemas relacionados às populações consideradas vadias e ociosas, estiveram na base dos desafios colocados para a produção de riquezas e ao desenvolvimento dos Estados Modernos. As referências na literatura a essas populações estavam atreladas a uma ressignificação das tópicos da caridade, pobreza e da marginalidade utilizadas tanto em Portugal, quanto o resto do império. São um repertório de reflexões partilhados em diferentes níveis dependendo do local e se valiam de argumentos comuns atrelados à Razão de Estado, a polícia e a economia, que tinham por pano de fundo aspectos também culturais, comuns a todas as partes do império.

A morte de D. João V e a ascensão ao trono de D. José I fez com que o nome de Sebastião Carvalho de Melo e Castro, futuro marquês de Pombal, fosse considerado para integrar a nova formação de governo. Enfrentou oposição aberta de Frei Gaspar da Encarnação, que havia sido franciscano e reformador dos Cônegos Regrantes, tratava de assuntos particulares do rei, sobretudo da educação dos filhos adulterinos. Além de Alexandre de Gusmão, que havia sido responsável por negociar o Tratado de Madri com a Espanha, em 1750 e secretário particular de D. João V. Melo e Castro foi indicado para o cargo de secretário de Estado dos Negócios da Guerra e Estrangeiros, dando continuidade aos reformismos portugueses.

O reinado de D. José I iniciou sem evidências aparentes de crise, tanto no aspecto político quanto econômico, ainda que a tópica adotada por grande parte dos letrados defendesse a urgência de reformas para retirar Portugal do atraso a que estava condenado fosse comum. A partir da perda de empreendimentos coloniais nas mais diversas partes do mundo, encarecimento de produtos vindos do exterior, a baixa do preço do açúcar por conta da maior oferta, problemas com o tráfico de escravos e as avaliações negativas sobre o Tratado de Methuen acabaram por demonstrar a

fragilidade de Portugal em relação a Inglaterra. Partindo do que o antecessor de Melo e Castro, D. Luís da Cunha, havia proposto anos antes, também se considerava que a interferência da igreja era excessiva, principalmente no que tange às práticas do Santo Ofício como fatores que levavam Portugal ao empobrecimento.

Sebastião Carvalho Melo e Castro fez parte da geração crítica, mas suas primeiras atuações enquanto um dos secretários de Estado se resumiram a fazer cumprir as disposições previstas no Tratado de Madri. A substituição e reordenação das fronteiras do Tratado de Tordesilhas de 1494, foi negociada por Alexandre de Gusmão que havia sido adversário político de Pombal. Apesar de ter expandido significativamente a fronteira para o Oeste, fez com que Portugal concedesse o controle da colônia de Sacramento e de algumas possessões no estuário do Prata<sup>1</sup> a Espanha.

O tratado ainda fez com que as Sete Missões jesuíticas passassem a alçada da coroa portuguesa. Logo, os missionários e os indígenas cristianizados foram evacuados pelo governador do Rio de Janeiro e das capitanias do Sul, Gomes Freire de Andrade. Na região Sul, houve resistência dos indígenas que eram apoiados pelos jesuítas na tentativa de dificultar a demarcação das terras e se recusaram a deixar as missões.

É nesse sentido que Pombal vai explicitar os meios pelos quais a população passa a ser um ponto importante para a manutenção das fronteiras. Essa tópica havia sido sistematizada por Giovanni Botero no século XVI, é retomada como forma de garantir soberania e produção de riquezas por diversos letrados, aparece em correspondências administrativas, tratados e cartas. Para Botero, uma população numerosa é pagadora de impostos e enriquece o comércio, a bonança vem de um grande número de pessoas com potencial industrial, que aumentam as trocas e conseqüentemente atraem mais gente, reflexão que só vai ser subvertida no século XIX com as concepções elaboradas por Thomas Malthus.

Jean Bodin, em 1576, também já havia alertado sobre a importância de conhecer a população como forma de garantir soberania régia. Ideais que estarão presentes em Melo e Castro, quando diz que “Como o poder e a riqueza de todos os países consistem principalmente no número e na multiplicação das pessoas que o habita (...) esse número e essa multiplicação de pessoas é mais indispensável agora nas fronteiras do Brasil para suas defesas” (MAXWELL, 1996).

A referência às populações como meio de gerar riquezas aparece antes de políticas econômicas bem delineadas e da instituição da polícia. As gentes são responsáveis pelo sucesso da agricultura, do gado, do comércio das próprias colônias ou das conquistas que deveriam ser povoadas independente da etnia “mouro, branco, negro, índio, mulatício, ou mestiço, tudo serve” (SANTOS, 1999) todos os homens, se governados de maneira correta, eram bons e serviam aos interesses do Estado.

---

<sup>1</sup> As terras cedidas por Portugal no estuário do Prata eram um importante entreposto de contrabando de escravos e da prata que vinha do Peru.

Ainda, o empenho reformador de colocar Portugal de volta no cenário europeu pela produção de manufaturas e por meio da agricultura, tinha a economia como assunto central e as gentes como tática incontornável.

Além das roças de maniba, serão obrigados os índios a plantar feijão, milho, arroz, e todos os mais gêneros comestíveis, que com pouco trabalho os agricultores costumam produzir as fertilíssimas terras deste País; com os quais se utilizarão os mesmos índios; se aumentarão as Povoações; e se fará abundante o Estado; animando-se os habitantes que dele a continuar no interessantíssimo Comércio dos Sertões... (Diretório dos Índios; tit 23)

O terremoto seguido do incêndio ocorridos em Lisboa em 1755 havia resultado na destruição quase completa da cidade, foi uma oportunidade de demonstrar a força exercida pelas populações como “motor” principal do império. Apesar disso, começaram-se a realizar experiências a nível local, no intuito de imprimir os moldes das reformas sistematizadas por D. Luís da Cunha, que buscavam imprimir novas dinâmicas econômicas. O incentivo a criação de uma companhia de comércio na região do Grão-Pará e Maranhão<sup>2</sup> pode ser tomado como exemplo, tinha o objetivo de facilitar a introdução de mão de obra africana na região da Amazônia, a incentivar as trocas e a agricultura, fomentar a soberania portuguesa e explorar as “drogas do sertão”.

É nesse contexto que o *Diretório dos Índios* vai ser elaborado e se torna público em 1757. O documento assinado por Mendonça Furtado, irmão de Melo e Castro, expressa a política pombalina para os indígenas e a tentativa de torná-los “gente útil” que tivesse serventia a Portugal, os equiparando a vassallos de pleno direito. É por conta disso que os indígenas foram retirados da tutela dos jesuítas, e tomados como parte da população do reino. Sendo a tutela indígenas competência das ordens jesuíticas, estavam sendo privados da civilidade<sup>3</sup>. Portanto, não tinham ciência de como funcionava um governo e deveriam ser dirigidos por um “governador, Capitão general do Estado, o qual deve ser dotado de bons costumes, zelo, prudência, verdade, ciência da língua, e de todos os mais requisitos necessários para poder dirigir os índios com acerto” (FURTADO, Mendonça; pp.1).

As *Instruções Secretas* enviadas a Furtado que havia se tornado governador

---

2 As mudanças podem ser entendidas como uma tentativa de valorização dos mercadores e negociantes, a criação da Junta de Comércio também em 1755 conferiu um novo lugar social e uma relevância a esses homens que os colocava como parte de uma elite adquirindo distinções simbólicas por meio da aquisição de mercês.

3 “Não se podendo negar, que os índios deste Estado se conservaram até agora na mesma barbaridade, como se vivessem nos incultos Sertões, em que nasceram, praticando os péssimos, e abomináveis costumes do Paganismo, não só privados do verdadeiro conhecimento dos adoráveis mistérios da nossa Sagrada Religião, mas até das mesmas conveniências Temporais, que só se podem conseguir pelos meios da civilidade, da Cultura, e do Comércio: E sendo evidente, que as paternais providências de Nosso Augusto Soberano, se dirigem unicamente a cristianizar, e civilizar estes até agora infelizes, e miseráveis Povos, para que saindo da ignorância, e rusticidade, a que se acham reduzidos, possam ser úteis a si, aos moradores e ao Estado: Estes duos virtuosos, e importantes fins, que sempre foi a heróica empresa do incomparável zelo dos nossos Católicos, e Fidelíssimos Monarcas” Diretório, tópico 3, página 1

versavam sobre a liberdade da mão de obra indígena e os abusos dos poderes dos regulares na região. Os problema com os religiosos ficava por conta da interferência na justiça local, das querelas com outras ordens, pelo controlavam grandes engenhos e da mão de obra local - indígenas - e o comércio das drogas do sertão. Acaba acusando a todos os regulares, independente da ordem de monopolizar o comércio que deveria estar a serviço do bem comum. As primeiras denúncias sobre as práticas dos jesuítas vieram de Mendonça Furtado, ao acreditar que desprezavam as leis régias e viviam de acordo com seu próprio governo.

A tutela dos indígenas pelas ordens religiosas impossibilitava a implementação de estratégias econômicas. O objetivo principal na região do Grão-Pará era inseri-la nos circuitos internacionais de trocas, o que era impossibilitado pelo controle da mão de obra pelos jesuítas. Mendonça Furtado atribui a Companhia de Jesus a situação de miséria dos índios, ainda faz referência ao grande poder exercido:

Por este princípio certos e evidentes, não é possível (não digo que eu, a quem Deus não foi servido dar todo aquele talento que deve constituir um hábil governador) mas, ainda vindo a esta terra, não só um homem com todos os requisitos que nele devem concorrer, mas uma dúzia deles, como se conserve o poder e os fundos que deveram gerar no público, e se conservam nas Religiões, não sei qual seria o meio que seguiram para poder ressucitar o Estado, porque ainda que pudesse fazer alguma companhia de grossos fundos para fomentar o comércio, em poucos anos se acharia arruinada pelo das Religiões, que lhes saem os gêneros de graça e acham as alfândegas livres, quando os outros haviam de comprar os gêneros por grosso dinheiro, e parar nas alfândegas todos os direitos que justamente devem a S.M por todo o referido, me persuado a que, nem Governador nem Ministro vêm cá fazer coisa alguma nas circunstâncias presentes, porque nenhum destes padres se lhes dá deles para nada, nem lhes têm respeito algum, porque creem, e estão persuadidos, que todos lhe são inferiores, e que todos dependem deles para seu despacho, e que aquele que falou contra eles foi um homem perdido, de que nunca mais ninguém fez caso; assim o imaginam, e assim o faz crer a todos... (MENDONÇA, 2005, tit.1)

A defesa da liberdade dos indígenas e a implementação da mão de obra africana mais intensiva na região a partir do *Diretório*, consistiu em uma mudança na forma tradicional de compreender interesse e utilidade<sup>4</sup> no norte da América Portuguesa. A tentativa de cultivar novos valores a partir do trabalho, da perseguição a preguiça e a ociosidade propostas por Mendonça Furtado, demonstram uma estratégia discursiva que vai ser justificada para legitimar instituições posteriormente:

Serão obrigados os Diretores a remeter todos os anos uma lista das Roças, que se fizerem, declarando nela os gêneros, que se plantam, pelas suas qualidades (...) para que à vista das referidas causas possa o mesmo Governador louvar uns em trabalho, e a aplicação; e castigar em outros a ociosidade, e a negligência. (Diretório dos Índios; tit 26)

---

4 O princípio da utilidade foi definido por Botero como uma qualidade que deveria ser estimulada nos vassallos. Ser útil, portanto, seria uma forma de engrandecer o Estado e de favorecer o bem comum. A inutilidade ou a ociosidade seriam as razões para o empobrecimento e também são tratados como coletivos. A utilidade possui um teor moralizante que enquadra atitudes de maneira a rebaixá-las tanto individual quanto coletivamente que podem contribuir ou retardar o engrandecimento dos impérios. (BOTERO; 1991.)

A partir da utilização de uma política de Razão de Estado cujo objetivo era a conservação e o aumento da república, o projeto assimilacionista é um meio eficaz de gerar utilidade. As leis que colocaram em cena novamente o problema da mão de obra indígena, a secularização das aldeias e a exploração econômica da região Norte, eram uma amostra da primeira sistematização de propostas reformistas, que tinha como foco a população e a boa política. O projeto missionário havia fracassado, no que diz respeito ao esforço de tentar civilizar indígenas e também do ponto de vista econômico. Os descimentos haviam resultado em inúmeras mortes e a perda de habitantes, principalmente pela questão da falta de serventia em razão da “não civilização” dos povos nativos, causava danos ao Império português.

O trabalho e a geração de interesse nessas populações, colocaram no Estado civil o papel de gestor. A mão de obra indígena passava a ser como a de qualquer outro trabalhador no império, os incluía em uma concepção mais alargada de pobreza, no sentido de quem dependia do trabalho para a subsistência. As reflexões sobre a ociosidade dos índios e a necessidade de torná-los operosos, se tornou uma questão fundamental nas decisões administrativas, a medida em que os projetos econômicos se tornaram mais claros. Entendia-se que todos deveriam viver do próprio trabalho, tópica que não passava por questões étnicas ou

O *Diretório* toma os índios como trabalhadores e não mais como objetos exclusivos de caridade. O desafio, portanto, era de gerar interesse por meio da utilidade, ou seja, o trabalho que engrandece o Estado e tem como característica gerar bem comum. O que também indica outra causa do fracasso dos missionários, ao prevalecerem os interesses privados sobre os da maioria, destroem o interesse público e diminuem as gentes no comércio. Além disso, ainda eram aplicados para a utilidade de quem os administrava e:

havam de padecer os habitantes do Estado o prejudicialíssimo dano de não ter quem os servisse, e ajudasse na colheita dos frutos, e na extração das drogas; e os miseráveis índios, faltando por este princípio a interessantíssima obrigação das suas terras, haviam de experimentar o irreparável prejuízo de muitos, e preciosos efeitos que elas produzem (SILVA; 1830, vol.1)

A chave do desenvolvimento econômico se baseia na fonte de riqueza dos Estados, tendo a agricultura como ponto central para conceber comércio e civilização. Botero atenta para a, “agricultura como base do desenvolvimento e chamo agricultura a todo e qualquer trabalho que tem a ver com a terra e dela se serve, seja de que maneira for”<sup>5</sup> (BOTERO, 1991). O comércio é o meio de enriquecer os povos e civilizar as nações, e conseqüentemente fortalece as monarquias. Para que a relação tivesse sucesso, o aumento da população permaneceria como uma tópica.

Em 1755 Pombal tornou o Grão-Pará e Maranhão um laboratório de práticas que seriam efetivadas meses depois com o terremoto de Lisboa. Dada a destruição, houve uma urgência na contratação de mão de obra para reconstruir a cidade, que

---

5 O papel da agricultura como base para as outras formas de riqueza se alia a tradição mercantilista.

foi pautada no imperativo do trabalho como meio de civilizar os vadios e ociosos. Os indígenas que haviam sido submetidos ao trabalho forçado em obras públicas e em casas de correção, para que se acostumassem ao labor e saíssem da preguiça, serviram de modelo para o que seria transposto a Portugal.

As primeiras casas de trabalho forçado remontam ao modelo de Luís Vives em seu *De Subventionem Pauperum*, escrito no século XVI. Tinha o objetivo de controlar os pobres que vagavam pelas cidades, fundar instituições onde pudessem trabalhar e adquirir seu próprio sustento. Seu caráter era exclusivamente educativo e punitivo, com o intuito de coibir os que tinham a mendicância como profissão e utilizavam a esmola para sobreviver. Vives tinha como base de sua argumentação o valor positivo do trabalho, e a referência a Paulo de ser o labor o sustento primordial<sup>6</sup>.

Em diferentes Estados como Espanha e Inglaterra, as casas de trabalho forçado foram uma realidade. Apesar disso, até 1780 Portugal não havia adotado este tipo de medida de contenção a pobreza, mas se valeu de ter se do trabalho compulsório de pobres em obras públicas e do degredo como meio de punição para os ociosos. A proposta na verdade, tentava garantir os meios pelos quais a população poderia se tornar útil. A criação da Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão partiu de um processo reformador, que buscava criar companhias monopolistas como alternativa viável para o comércio e a mão de obra local levando em conta suas particularidades. Apostou em um conjunto de tentativas de estabelecimento de monopólio, como forma de colocar o empresariado local de volta nas trocas com o Estado tendo um papel preponderante de intervenção.

O conceito de polícia teve significados distintos durante a Época Moderna, foi a partir da segunda metade do século XVIII, que passaram por uma maior organização de sentido e também de esfera jurisdicional. Até meados da centúria a definição de polícia trazia o significado de condição de ordem, havia sido vulgarizado pelas leis que estavam sendo emitidas desde o século XVI. Polícia existia quando as pessoas se comportavam de maneira ordenada, modesta e respeitável em relação a vida em comunidade e ainda, poderia se referir a lei que tem o objetivo de estabelecer a manutenção das diretrizes pressupostas.

A criação da Intendência Geral de Polícia em 1760, veio no bojo do Terremoto de Lisboa e foi responsável por sistematizar as reformas implementadas por Pombal. Espelhava a ressignificação social de polícia, garantia de maior eficácia no controle da criminalidade e da vadiagem. Mas ainda permanecia como um termo utilizado quando se referia a boa administração da “casa”, que envolviam a economia e instituições de caridade. A Intendência surge enquanto resposta para o problema da pobreza, perpassa também a ótica do trabalho. As medidas de controle visavam o fortalecimento da gente inútil a monarquia, seria de diferentes maneiras um esforço de fazer com que a população pobre, que era cada vez mais vista como preguiçosa se tornasse útil.

---

<sup>6</sup> “Porque, quando ainda estávamos convosco, vos mandamos isto, que, se alguém não quiser trabalhar, não coma também.” (Tessalonicenses 3:10)

É a partir da convergência entre interesses individuais e coletivos expressa no *Diretório dos Índios*, que se propõe incorporar os indígenas a população útil. O esforço reformista tinha como objetivo o fortalecimento da jurisdição civil sobre os pobres, por isso era preciso endurecer as políticas contra a ociosidade. Ainda, mescla-se o sentido de polícia enquanto responsável por impor ordem, mas também em relação aos comportamentos regulados, na medida em que expressa um ímpeto civilizatório, de conceder exemplos culturais impondo a língua portuguesa e a partir do incentivo a casamentos entre brancos e indígenas, que podem ser vistas para além do intuito de fazer com que essas populações se tornassem laboriosas, e colaborassem para o bem comum participando de forma “modesta” em sociedade.

## REFERÊNCIAS

BOTERO, João. *Da Razão de Estado*. Tradução e notas de Luís Torgal e Rafaella Longobard Ralha. Coimbra: Inic, 1991[1589].

BOXER, Charles. *O império marítimo português, 1415-1825*. Tradução: Anna Olga de Barros Barreto. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

CARREIRA, António. *A Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão – o comércio intercontinental Portugal-África-Brasil na segunda metade do século XVIII*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1988.

CARDOSO, José Luís. *O pensamento económico em Portugal nos finais do século XVIII, 1780-1808*. Lisboa: Editorial Estampa, 1989.

FALCON, Francisco José C. *A época pombalina (Política Económica e Monarquia Ilustrada)*. 2ª. ed., São Paulo: Ática, 1993.

GEREMEK, Bronislaw. *A piedade e a força – história da miséria e da caridade na Europa*. Lisboa: Terramar, 1986.

MAXWELL, Kenneth. *Marquês de Pombal Paradoxo do Iluminismo*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

MENDONÇA, Marcos Carneiro de. *A Amazônia na era pombalina – Correspondência do governador e capitão-general do Estado do Grão-Pará e Maranhão, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, 1751-1759*. Brasília: Senado Federal, 2005, 3 Tomos.

SANTOS, Eugénio. *O Brasil pombalino na perspectiva iluminada de um estrangeirado* In: TENGARRINHA, José (Coord.) *A historiografia portuguesa, hoje*. São Paulo: Hucitec/ Instituto Camões, 1999, p. 147-182.

## **SOBRE A ORGANIZADORA**

**DENISE PEREIRA:** Mestre em Ciências Sociais Aplicadas, Especialista em História, Arte e Cultura, Bacharel em História, pela Universidade Estadual de Ponta Grossa. Cursando Pós-Graduação Tecnologias Educacionais, Gestão da Comunicação e do Conhecimento. Atualmente Professora/Tutora Ensino a Distância da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) e professora nas Faculdade Integradas dos Campos Gerais (CESCAGE) e Coordenadora de Pós-Graduação.

Agência Brasileira do ISBN  
ISBN 978-85-7247-283-8

